



PROGRAMA DA DISCIPLINA

CÓDIGO	DISCIPLINA	NATUREZA	ANO
CON 026	Orçamento e Finanças Governamentais	Ob.	2019

CARGA HORÁRIA	PRÉ-REQUISITO
60 horas	

PROFESSOR RESPONSÁVEL

Rejane Viana Sales Marcolin

EMENTA

Orçamento. Receita e Despesa Pública. Exercício Financeiro. Fundos Especiais. Dívidas Públicas. Regime contábil. Patrimônio público. Plano de contas único. Gestão. Registros. Orçamento público. Plano Plurianual, LDO. Lei de responsabilidade Fiscal.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver conceitos inerentes às finanças do Setor Público, com base no conhecimento da Administração Pública, sua técnica de planejamento e de realização das receitas e despesas, bem como dos principais aspectos relativos à sua contabilidade, com vistas ao aprendizado teórico e prático necessários à vida profissional do aluno e ao pleno exercício de cidadania.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Conceituar Administração Pública, seus entes e organização;
- ✓ Conhecer os principais Instrumentos de Planejamento do Setor Público (PPA, LDO e LOA), bem como seus principais demonstrativos complementares;
- ✓ (Re) Conhecer os Princípios Orçamentários,
- ✓ Verificar as etapas do processo de orçamentação pública, da elaboração da proposta à sua avaliação, passando pela execução das receitas e despesas;
- ✓ Apresentar e discutir a Transparência da Gestão Fiscal expressa no art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como analisar os pontos fundamentais dessa normativa;
- ✓ Reconhecer as principais diferenças entre o Planejamento e Orçamento das entidades do Setor Privado e as do Setor Público, definindo as especificidades do Setor Público.

METODOLOGIA

Procedimentos e instrumentos:

- ✓ Trabalhos individuais de atividades práticas para fixação do conteúdo;
- ✓ Trabalhos em grupo Seminários;
- ✓ Estudo de caso;
- ✓ Debates baseados em publicações nos periódicos indicados;
- ✓ Análise de textos da imprensa abordando temática que relacione conhecimento teórico e prática do cotidiano;
- ✓ Aulas expositivas participadas e
- ✓ Projeção de slides

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Noções sobre Estado e Administração Pública

- 1.1 Organização do Estado e da Administração pública
- 1.2 Funções Econômicas do Estado Contemporâneo

2. Planejamento e Orçamento Público

- 2.1 Definição e abordagem do Orçamento Público e seus principais temas: Jurídico,
- 2.2 Político, Econômico e Contábil
- 2.3 Princípios Orçamentários

3. Instrumentos de Planejamento

- 3.1 Sistema de Planejamento e conceitos e Anexos
- 3.2 PPA – Plano Plurianual
- 3.3 LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- 3.4 LOA – Lei Orçamentária Anual

4. Execução Orçamentária

- 4.1 Receita Pública: classificação e estágios
- 4.2 Fundos Especiais, de Participação dos Estados e Municípios
- 4.3 Despesa Pública: classificação, estágios e limitações
- 4.4 Créditos adicionais
- 4.5 Dívida Pública

5. Lei de Responsabilidade Fiscal

- 5.1 Aspectos Gerais
- 5.2 Critérios para Limitação de Empenho (contingenciamento)
- 5.3 Limites de Endividamento
- 5.4 Limites para Operações de Crédito
- 5.5 Regras para Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) e para os Restos a Pagar
- 5.6 Limites para as Despesas de Pessoal
- 5.7 Metas Fiscais e Relatório de Gestão Fiscal

AVALIAÇÃO

O método de avaliação da disciplina será realizada por meio de três avaliações, cada uma atribuindo notas de 0 a 10, de acordo com o Regulamento da Faculdade.

O processo de avaliação será contínuo e se dará a partir da análise das atividades desenvolvidas no curso, bem como da observação do desempenho resultado desse processo verificado em cada avaliação e observados os seguintes critérios:

- ✓ Articulação teoria-prática – grau entendimento da teoria e sua aplicação
- ✓ Capacidade de visualização global do conhecimento a partir de atividades envolvendo temas multidisciplinares.
- ✓ Clareza e objetividade visando à compreensão de termos técnicos.
- ✓ Coerência entre o discurso e a ação – cumprimento de prazos

REFERÊNCIA BÁSICA

GIACOMONI, James. Orçamento público. São Paulo: Atlas, 2010.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVA, Lino Martins da. Contabilidade Governamental: Um Enfoque Administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>

_____. Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de Finanças Públicas voltadas para a gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm>.

_____. Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>

HOJI, Masakazu; SILVA, Helio Alves de. Planejamento e Controle Financeiro: Fundamentos e Casos Práticos de Orçamento Empresarial. São Paulo: Atlas. 2010.

VICCARI JUNIOR, Aduino, CRUZ, Flávio da, ET AL. COMENTÁRIOS À LEI Nº 4.320: Normas Gerais de Direito Financeiro, Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. São Paulo: Atlas, 2008.

PERIÓDICOS

Revista Contabilidade & Finanças. Editada pela FEA USP versão impressa¹ e eletrônica. Disponível em <http://www.eac.fea.usp.br/eac/revista/>

Revista Contemporânea de Contabilidade. Editada pela Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/index>

Revista Gestão Pública & Desenvolvimento. Editada pelo Instituto Brasileiro de Administração Pública. Disponível em <http://www.revistagestaopublica.com.br/site/>

¹ Disponível versão impressa na Biblioteca da Instituição.